

Este artigo é parte da publicação “Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras”

**FOMENTO AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: A EXPERIÊNCIA DO
MINISTÉRIO DO TURISMO¹**

Katia T. P. Silva²

Rodrigo Ramiro³

Breno S. Teixeira⁴

ANTECEDENTES

A criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, assinalou uma mudança de visão do Governo Federal com relação ao setor, terceiro maior gerador de divisas do mundo, conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT), ao reconhecê-lo como um dos indutores do desenvolvimento do país com potencial de contemplar crescimento econômico com distribuição de renda e redução das desigualdades sociais e regionais.

Com base nesta definição política, o Ministério do Turismo implementa a segunda edição do Plano Nacional do Turismo – Uma Viagem de Inclusão, 2007-2010, que consiste em um instrumento de planejamento e gestão, elaborado de forma participativa, com o objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de desenvolvimento econômico. Neste sentido o PNT configura-se como a política pública de turismo do Brasil, que em consonância com fatores econômicos, de responsabilidade da iniciativa privada, consiste em desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, considerando explicitamente nossas diversidades regionais, culturais e naturais; promover o turismo como fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e fomentar a competitividade do produto turístico nos mercados nacional e internacional.

“o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo contempla e harmoniza a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções nos campos econômicos, social, político, cultural e ambiental. (...) o turismo pode ser

¹ Colaboraram com a elaboração deste texto os membros da equipe da CGPE/DCPAT/SNPDTur: Nilvana Soares, Karina Cobucci, Maria Fernanda Barrillari Fernandes e Rogério da Silva.

² Coordenadora Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em áreas prioritizadas DCPAT/SNPDTur.

³ Coordenador de Projetos de Estruturação do Turismo em áreas prioritizadas DCPAT/SNPDTur.

⁴ Consultor DCPAT/SNPDTur/MTur.

uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.”.
(BRASIL, 2007, p.15).

No âmbito do Plano, foram formuladas ações de fomento ao setor a partir da seleção de 65 destinos indutores prioritários e da execução de projetos de melhoria de acessos a destinos, de estruturação do desenvolvimento regional do turismo, de certificação de atividades no setor e de apoio à qualificação e à capacitação de produtos e de serviços.

O turismo é uma atividade capaz de atrair divisas, gerar emprego e melhorar o nível de vida das comunidades. Com base nas informações Relação Anual de Informações Sociais – RAIS - e do Cadastro Geral Emprego e Desemprego do Ministério do trabalho, de acordo com a metodologia de cálculo adotada pelo MTur, entre 2004 e 2008 foram criados cerca de 1,5 milhão de novos empregos e ocupações nas Atividades Características do Turismo, conforme definido pela OMT⁵.

Ações como o fortalecimento e o fomento dos destinos turísticos do país, por meio principalmente do Programa de Regionalização, do PRODETUR e de ações de infraestrutura, da promoção e marketing, com destaque à promoção internacional do país pela EMBRATUR, da qualificação profissional, entre outras iniciativas do poder público Federal, Estadual e Municipal, contribuirão para a obtenção dos resultados alcançados em termos de geração de novos postos de trabalho no setor formal e informal.

Neste cenário positivo, identificamos que, em muitos territórios, ocorrem grandes vazamentos de renda⁶, precariedade de parte dos empregos gerados – baixos salários e alta instabilidade/sazonalidade - e exclusão da população local do processo de desenvolvimento turístico. Minimizar e/ou reverter os fatores negativos impõe-se como um desafio que requer um diagnóstico e a formulação de ações alternativas e focalizadas no território ou no segmento em que esta situação ocorre com maior incidência.

⁵ No que se refere ao mercado de trabalho, as atividades características do turismo definidas pela OMT são: alojamento, alimentação, agências de viagens, transportes, aluguel de transporte, auxiliar de transporte, cultura e lazer.

⁶ Os vazamentos de renda no turismo (*financial leakages*) ocorrem quando as receitas advindas de atividades econômicas relacionadas ao setor dos países-destino não se tornam disponíveis para (re)-investimento ou para o consumo de bens e serviços nesses mesmos países.

No Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur), por meio da Coordenação-Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas (CGPE), pretende-se enfrentar o desafio de promover o desenvolvimento local por meio da execução de ações com foco no território e nos seus potenciais endógenos relacionados com a cadeia produtiva do turismo. Neste contexto, apóiam-se a formulação e a implementação de projetos que valorizam identidades culturais e, também, o incremento do capital social para a promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, concentra suas ações em áreas de menor dinamismo econômico e reconhecido potencial turístico, bem como regiões afetadas por grandes investimentos privados relacionados à infraestrutura turística.

Desse modo, propõe-se a utilização, de forma sinérgica, das potencialidades do atrativo para a melhoria dos resultados econômicos e da qualidade de vida local, com a valorização da cultura e a preservação do meio ambiente, evitando que o crescimento do turismo provoque uma concentração desordenada do capital produtivo e social, promovendo o acesso a bens e a serviços públicos bem como a integração com outros setores.

A título de ilustração, destacamos a formulação e implementação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, nas regiões do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - MA, de Jijoca de Jericoacoara - CE, da Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba e do Parque Nacional da Serra da Capivara - PI, no âmbito da cooperação com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, por meio do qual realizamos a incubação de cooperativas populares em atividades econômicas da cadeia produtiva do turismo, em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ).

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)

O crescimento da atividade turística, assim como de outras atividades econômicas, requer planejamento e ordenamento para minimizar os impactos negativos e, principalmente, potencializar os positivos. Entretanto, em diversas regiões do país, observamos que a expansão desordenada resultou na sobreposição dos impactos negativos, inclusive com prejuízo no médio prazo para a preservação da imagem do destino. A prioridade para a dimensão estritamente mercadológica, em detrimento dos princípios da sustentabilidade social, cultural, ambiental, provoca a desestruturação da cultura local, eleva os índices de vazamentos de renda,

descaracteriza ambientes naturais, estimula a especulação imobiliária e exclusão territorial de residentes. Esses impactos são ainda mais deletérios nas localidades mais pobres onde a expansão do turismo é apresentada como alternativa de melhoria das condições sociais, mas se transforma em fator de agravamento da situação social.

Para se contrapor aos impactos negativos do turismo e aproveitar os benefícios da atividade, observamos que em algumas localidades, de diferentes países, por meio da mobilização e organização da sociedade civil, surgiram diversas iniciativas diferenciadas, baseadas nos modos de vida locais. Nestas experiências as dimensões da sustentabilidade são pré-requisitos para a estruturação da oferta das atividades turísticas, como as redes de comércio justo no turismo, as ações ligadas ao *pro-poor tourism* e ao turismo responsável, ações de desenvolvimento local endógeno e o fomento a práticas de economia solidária na cadeia produtiva do turismo. Nesta perspectiva, estruturaram-se as práticas de turismo de base comunitária, também conhecidas como “turismo comunitário”, “solidário”, “de conservação”, entre outras denominações.

Este tipo de organização e oferta do produto turístico possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

A discussão sobre TBC no âmbito do MTur está relacionada à segmentação da atividade turística, e, em geral, são os representantes das comunidades locais que trabalham com turismo de base comunitária que provocam os diferentes setores do MTur para se posicionar no debate e/ou estabelecer uma diretriz de política pública para o fortalecimento desta oferta no mercado turístico. Assim, para discutir a proposta de mapeamento de experiências de TBC, submetida ao MTur pelo Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS, da UFRJ, que tem como uma das linhas de pesquisa o TBC, em 2007, realizamos uma reunião técnica sobre este tema no 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens. Participaram desta discussão: técnicos do Governo Federal, MTur (DCPAT e Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico - DEAOT), Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério do Meio Ambiente – MMA; e representantes das iniciativas de TBC Acolhida na Colônia, Projeto Bagagem e Fundação Casa Grande.

Um dos resultados deste debate foi a avaliação da equipe técnica do MTur de reconhecer a importância do tema como de competência da área de Segmentação do Turismo.

Assim, em consonância com as atribuições da CGPE/DCPAT de apoiar a formulação de projetos em que o turismo é indutor do desenvolvimento local e da geração de emprego e renda, decidiu-se por fomentar iniciativas de TBC, promover o conhecimento do tema, avaliar a viabilidade socioeconômica destas iniciativas por meio de um Edital de Chamada Pública de Projetos.

No edital da chamada pública, face à diversidade conceitual e das experiências referentes ao TBC, o MTur privilegiou a dimensão do protagonismo local. Entende-se que TBC são como iniciativas de estruturação e/ou organização de produtos e serviços turísticos protagonizados pelas comunidades receptoras, como alternativa de geração de trabalho e renda para os residentes.

O fomento às iniciativas de TBC ao mobilizar, organizar e fortalecer os atores locais residentes de destinos para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos visa tanto atrair turistas que demandam especificamente este segmento turístico, como agregar valor a destinos turísticos de cunho mais tradicional, por meio da oferta deste segmento, cujos elementos de preservação e valorização da cultura local, sua identidade e produção são de interesse dos visitantes. A interação entre a comunidade fortalecida em todos os aspectos da sustentabilidade e os visitantes externos é que pode gerar ganhos de bem-estar para a população local, assim como na experiência do visitante.

O produto turístico de base comunitária se diferencia por incorporar o modo de viver e de representar o mundo da comunidade anfitriã. Desta forma, prevê na sua essência um intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos, em que há oportunidade para o visitante vivenciar uma cultura diferente da sua e à comunidade local de se beneficiar com as oportunidades econômicas geradas e também pelo intercâmbio cultural.

Ao considerar a organização da produção turística com base territorial e protagonizado pelas comunidades locais, o apoio às iniciativas de TBC visa:

- contribuir para a geração de emprego e renda locais,
- fortalecer a governança local, em articulação com os demais atores envolvidos na atividade turística,
- diminuir os vazamentos de renda e fomentar o adensamento do mercado local,
- estruturar este segmento turístico, face a crescente demanda turística em níveis nacional e internacional,
- agregar valor a destinos turísticos, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados,

- promover padrões de qualidade e de segurança da experiência turística, tanto para a comunidade anfitriã quanto para os visitantes.

É importante ressaltar que, para o alcance destes objetivos, é necessário obter um grau de qualidade na oferta de produtos e serviços turísticos que viabilizem a venda destes, bem como a sua consolidação no mercado. Este pressuposto orientou a formatação do Edital de Chamada Pública, ao definir linhas temáticas de apoio como a estruturação, promoção e comercialização, de acordo com a singularidade deste segmento.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE SELEÇÃO DE PROJETOS DE TBC

Tendo em vista a organização de algumas comunidades em uma Rede de Turismo de Comunitário, a minuta do Edital de Chamada Pública de Seleção de Projetos de TBC foi submetida a uma consulta pública durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado nos dias 12 e 15 de maio de 2008, na cidade de Fortaleza – Ceará, bem como aos parceiros institucionais do Ministério do Meio Ambiente, para discussão, reformulação e adequação.

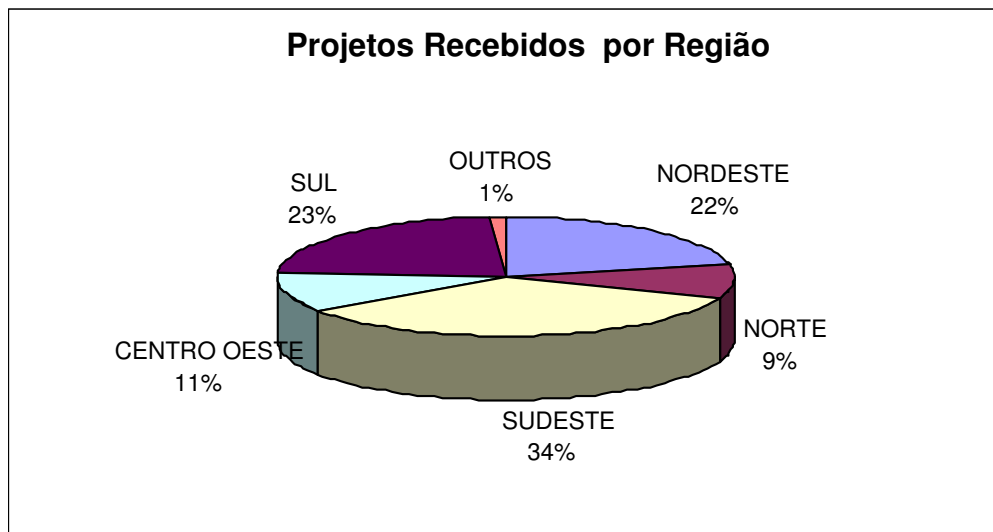
O Edital foi publicado no Diário Oficial no dia 4 de junho de 2008, com data limite para o recebimento de propostas por e-mail e postagem para o dia 18 de julho de 2008. Esforços técnicos e operacionais resultaram em ampla divulgação do edital em diversos veículos de comunicação, como os sites institucionais do MTur e MMA, sites de notícias, como o Ambiente Brasil, e apresentação no Núcleo do Conhecimento do III Salão de Turismo, realizado em São Paulo . Outro importante mecanismo foi a divulgação realizada pelos representantes da rede de interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo nos Estados.

De acordo com o edital, foram selecionados projetos de apoio à realização de atividades nas cinco linhas temáticas: 1) produção associada ao turismo; 2) qualificação profissional; 3) planejamento estratégico e organização comunitária; 4) promoção e comercialização; e, 5) o fomento às práticas de economia solidária. Os projetos poderiam se adequar em uma ou mais linhas temáticas, sendo que a solicitação de apoio financeiro poderia ser de R\$ 100.000,00 a R\$ 150.000,00 com prazo de execução de até 18 meses.

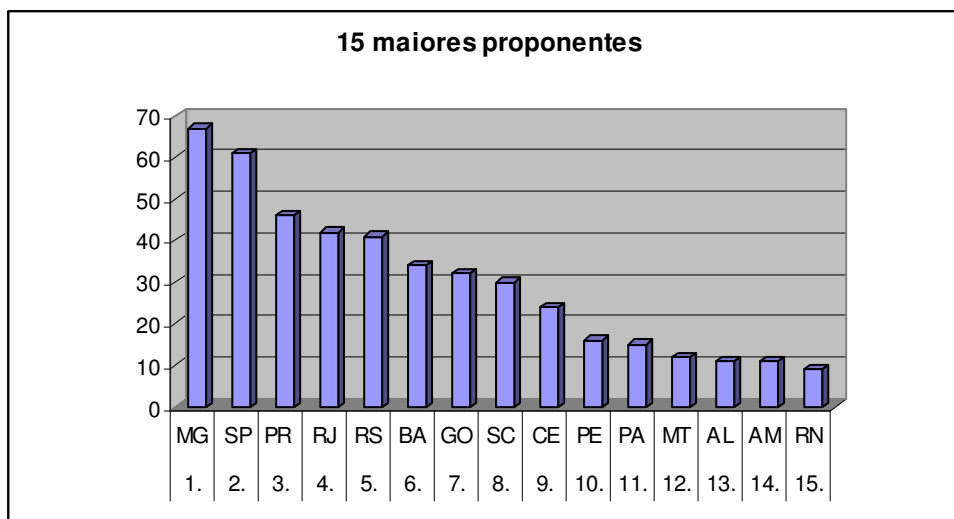
Processo de seleção

O previsão inicial era o recebimento de cerca de 100 projetos, com a seleção de 10 a 15 para apoio financeiro. Esta expectativa foi amplamente superada, com recebimento de mais de

500 projetos, distribuídos pelas macrorregiões brasileiras, de acordo com o gráfico abaixo. As regiões Sudeste (34%), Sul (23%) e Nordeste (22%) foram as que mais enviaram propostas, totalizando 80% dos projetos recebidos.



Todas as Unidades da Federação e o Distrito Federal enviaram propostas, sendo que os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia foram os que enviaram maior número de propostas conforme gráfico abaixo.



Observamos uma grande variedade de instituições que apresentaram propostas entre elas o poder público municipal e estadual, organização sem fins lucrativos de naturezas diversas como ONGs representativas da organização do turismo de fundações de instituição de ensino superior, associações, cooperativas e diversas entidades comunitárias.

A organização dos procedimentos para a seleção foi coordenada pelo Comitê de Avaliação da Chamada Pública de Projetos MTur/n. 001, instituído por portaria ministerial. O processo de seleção das propostas ocorreu em duas etapas: (i) etapa de pré-seleção realizada por técnicos do MTur, com representantes do DCPAT, do PRODETUR e da Coordenação de Segmentação do Turismo, entre os dias 24 e 30 de julho de 2008, a qual resultou na seleção de 140 projetos. (ii) A etapa de avaliação de mérito foi de responsabilidade de uma banca de avaliação composta por técnicos representantes do Governo Federal do: MTur, MMA, MDS, MDA e MTE, especialistas das Universidades: da UFRJ, UnB e UEMS, e técnicos da área de turismo representantes da Empresa Brasileira de Turismo (BrasíliaTur) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

Dentre os critérios de avaliação das propostas foram priorizadas aquelas que apresentaram experiências anteriores com TBC, com recorte territorial bem definido, foco em grupos organizados já relacionados ao turismo e participação da comunidade local, seja como proponente, seja como parceiro, com o intuito de privilegiar o fomento ao desenvolvimento local.

A seleção de mérito foi concluída em 01 de agosto de 2008, com a reunião da Banca em Brasília por 02 dias para avaliação final das 140 propostas, das quais foram selecionada 50. Tendo em vista, a disponibilidade orçamentária e capacidade técnica e operacional do MTur, decidiu-se por apoiar 25 projetos com recursos do exercício de 2008 e o 25 para o apoio com recursos do orçamento de 2009.

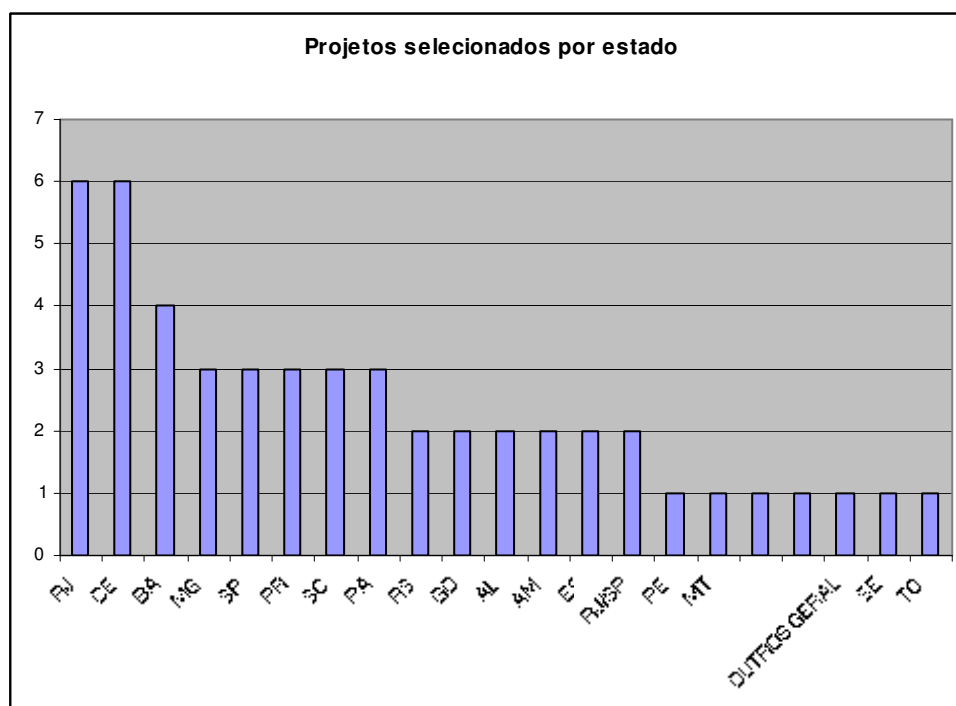
Resultados Finais

Os resultados finais foram divulgados no site do MTur em agosto de 2008, com abertura de prazo para questionamento dos concorrentes até 22 de agosto, sendo recebido alguns poucos pedidos de esclarecimentos de proponentes não contemplados, sem alteração da relação dos 50 projetos selecionados.

Embora não houvesse compromisso, *a priori*, de selecionar um número mínimo de projetos por região ou proporcional ao número de propostas recebidas, a distribuição geográfica dos projetos seguiu a distribuição proporcional dos projetos recebidos. Houve predominância das regiões Sudeste, Nordeste e Sul que responderam a 80% dos projetos selecionados, sendo que as regiões Nordeste e Sudeste tiveram 16 projetos aprovados cada, o que era esperado, pois

são as regiões com maior histórico de experiências em TBC. A tabela abaixo apresenta um comparativo entre os projetos enviados e os selecionados, por macrorregião.

As propostas selecionadas estão distribuídas em 19 Unidades da Federação, os estados do Rio de Janeiro e do Ceará concentram o maior número de propostas aprovadas, 6 cada um. Estes estados possuem longa tradição em iniciativas de base comunitária, principalmente no litoral e região do Cariri, no Ceará, e comunidades da capital carioca, Serra da Bocaína e litoral sul, do Rio de Janeiro. O quadro abaixo apresenta os projetos selecionados divididos por Estado.



É importante ressaltar que houve um elevado percentual de projetos (60%) que envolvem destinos que pertencem às regiões turísticas dos 65 municípios indutores do desenvolvimento do turismo priorizados pelo Programa de Regionalização do Turismo. Outro ponto em destaque se refere à interiorização dos projetos selecionados, dado que 82% dos projetos selecionados não se localizam em capitais ou regiões metropolitanas.

O espectro das atividades das propostas varia entre realização de planejamento estratégico e mobilização das atividades de TBC nas Comunidades, estruturação e oferta de cursos de qualificação e oficinas, fortalecimento de redes de turismo solidário, melhoria da qualidade da oferta dos produtos e serviços turísticos, promoção e divulgação de produtos e serviços turísticos, bem como realização de eventos, feiras e seminários voltados ao TBC.

A etapa seguinte à divulgação dos resultados consistiu no trabalho da equipe técnica da CGPE/MTur com as instituições proponentes para a adequação das propostas aos requerimentos formais de transferência voluntárias de recursos, o que coincidiu com a implantação de novas regras com o Portal do Sistema de Convênios - Siconv, para a formalização de convênios com o Governo Federal. Esta circunstância exigiu uma força tarefa composta pela equipe técnica do MTur e de representantes dos proponentes, para aprender a utilizar o novo sistema e se adaptar ao estabelecido na legislação vigente.

Apesar desta circunstância de ordem burocrática, 22 processos foram concluídos no SICONV, com a formalização dos convênios e o comprometimento financeiro de R\$3.3 milhões no exercício de 2008. Estes recursos financeiros foram transferidos, quase que integralmente, para as contas dos proponentes no primeiro trimestre de 2009, o que viabilizará a execução destes projetos no prazo de 12 a 18 meses.

A programação prevê a formalização de 28 outros projetos em 2009, dependendo da capacidade técnica e operacional dos proponentes em adequar as propostas selecionadas aos requisitos legais e a disponibilidade orçamentária do MTur, sendo que os procedimentos para o cumprimento desta programação iniciaram-se em fevereiro.

Dessa forma, paralelamente ao cumprimento das formalidades legais para o apoio das iniciativas de turismo de base comunitária, por meio da implementação destes projetos, temos o desafio de acompanhar e avaliar a viabilidade socioeconômica destas experiências, no cenário de desenvolvimento do turismo no país. Assim, acreditamos que a participação colaborativa neste debate com estudiosos do tema de diferentes perspectivas, contribuirá para a construção de um modelo diferenciado de acompanhamento e avaliação destes projetos apoiados, em que fatores qualitativos são considerados com os quantitativos na mensuração da efetividade e eficácia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

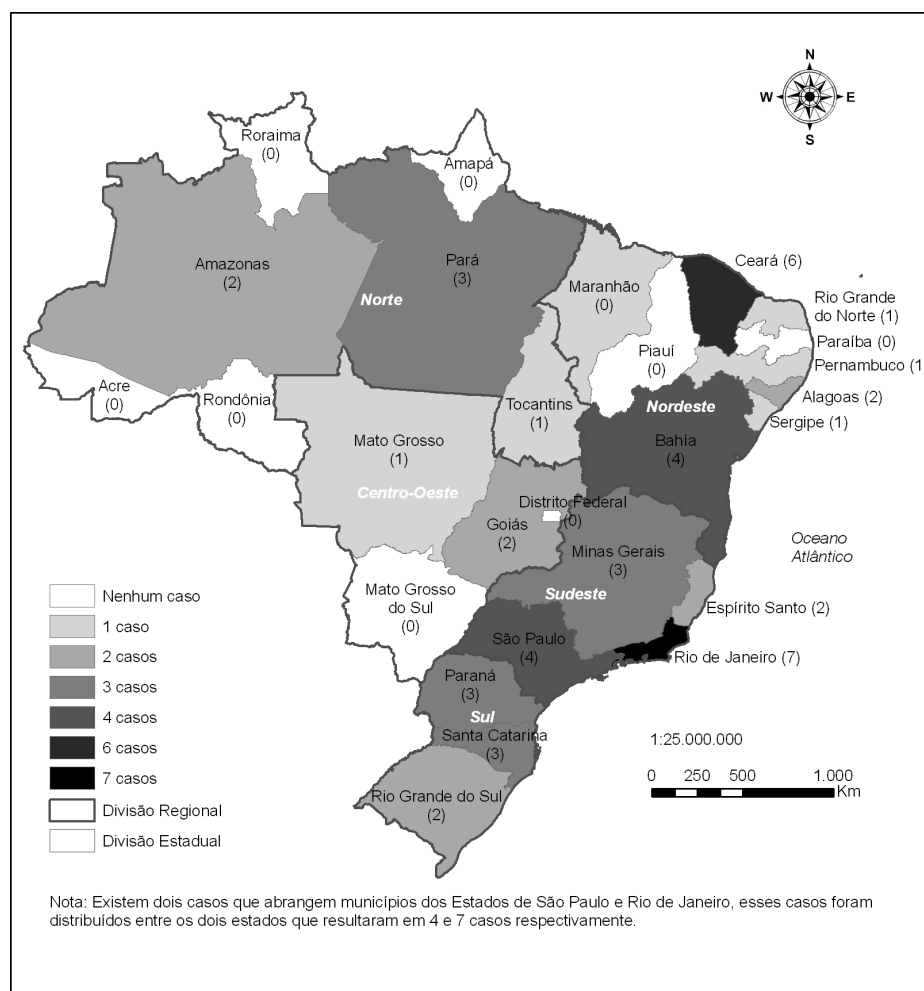
BRASIL. Ministério do Turismo. Diretrizes Políticas – Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Brasília: *Ministério do Turismo*, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão*. Brasília: *Ministério do Turismo*, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. Edital MTur n.º 001/2008. Seleção de Propostas de Projetos para Apoio às Iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília: *Ministério do Turismo*, 2008.

No final do artigo, depois das referências bibliográficas, incluir uma página dupla com: do lado esquerdo o mapa do Brasil com os projetos aprovados em cada estado; e do lado direito a lista dos projetos por estado aprovados para as duas fases.

PROJETOS SELECIONADOS NO ÂMBITO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA MTur/n. 001/2008



FASE 01 – Projetos conveniados em 2008 (22 projetos)

FASE 02 - Exercício de 2009 (28 projetos)

NACIONAL

- Apoio ao Turismo de Base Comunitária (Associação Projeto Bagagem)

SUDESTE

Espírito Santo

- Nossa Terra Nossa Arte (Movimento Vida Nova Vila Velha – MOVIVE)
- Ecobase Ilhas Caieiras (Instituto Capixaba de Ecoturismo – ICE)

Minas Gerais

- Fortalecimento da rede de produção comunitária para o turismo em Brumadinho (Instituto Cultural Inhotim)
- Boas Práticas para o Turismo Comunitário (Centro de Pesquisas e Promoção Cultural – CEPEC)
- Implantação do Turismo de Vilarejo no Distrito de Cuiabá – Gouveia – Circuito dos Diamantes (Associação dos Moradores da Comunidade de Cuiabá)

Rio de Janeiro

- Promoção do turismo de base comunitária em Paraty/RJ: capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional em meios de hospedagem (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA)
- Vila Solidária (Ação Comunitária do Brasil – ACB)
- O povo aventureiro: fortalecimento do turismo de base comunitária (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – FAPUR)
- Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural da região costa verde (Associação dos Moradores do Campinho – AMOC)
- Consolidação do Ecoturismo de Base Comunitária da Região da Trilha do Ouro (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – SAPE)
- Tecendo redes de turismo solidário (Associação das Costureiras Autônomas do Morro do Cantagalo)
- Turismo no Morrinho (Morrinho)
- Reviver Paquetá (Casa de artes Paquetá)

São Paulo

- Projeto: Turismo com base comunitária em Jujutiba (Vale do Ribeira/SP): conciliando a preservação da mata atlântica com geração de renda e trabalho (Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz - VITAE CIVILIS)

- Centro de capacitação em turismo e hospitalidade de base comunitária da vila da Prainha Branca, Guarujá (Prefeitura Municipal de Guarujá)
- Turismo Sustentável de base Comunitária na RDS da Barra do Una (Associação Amigos de Bairro da Vila Barra do Uma)

SUL

Paraná

- Turismo solidário - conservando a Floresta com Araucária (Instituto Agroflorestral Bernardo Hakvoort – IAF)
- Fortalecimento do TBC na conservação de modos de vidas de comunidades tradicionais e preservação da biodiversidade nas comunidades de Rio Sagrado, Morretes, PR (Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB – Prefeitura Municipal de Morretes)
- Deslocamentos: ecoturismo de base comunitária no litoral norte do PR (Sociedade de pesquisa em vida selvagem e educação ambiental – SPVS)

Santa Catarina

- Turismo: estratégia de sustentabilidade para o sul de SC (Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba – ACEVAM)
- Destino referência em Turismo Rural de Base Comunitária (Associação Acolhida na Colônia)
- Saberes e fazeres artesanais das mulheres rurais de Joinville e Região de Santa Catarina (Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho)

Rio Grande do Sul

- Estruturação do roteiro caminhos rurais (Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico Ltda. – COODESTUR)
- Turismo rural solidário - Promovendo Desenvolvimento Comunitário Sustentável (Grupo Interdisciplinar Ecopolis)

NORTE

Amazonas

- Fortalecendo o TBC na RESEX do Rio Unini – Barcelos/AM (Fundação Vitória Amazônica – FVA)
- TBC no baixo Rio Negro: bases para o desenvolvimento sócio-ambiental (Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ)

Pará

- Ecoturismo de Base Comunitária no Pólo Tapajós (Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental - Projeto Saúde e Alegria)
- Projeto VEM: Viagem Encontrando Marajó (Associação das Mulheres do Pesqueiro – ASMUPESQ)
- Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá (Instituto Peabiru)

Tocantins

- Plano de Apoio ao Turismo de Base Comunitária em Taquaruçu/TO (Prefeitura Municipal de Palmas)

CENTRO-OESTE

Goiás

- Valorização da Cultura Popular para o turismo em Pirenópolis (Comunidade Educacional de Pirenópolis – COEPI)
- Um Vale Verde de Verdade (Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado – IPEC)

Mato Grosso

- Guardiões do Pantanal (Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS MT)

NORDESTE

Alagoas

- Tramas em Riacho Doce (Instituto Magna Mater – IMM)
- Projeto Plano de Desenvolvimento Estratégico (Associação dos Moradores e Amigos do Pontal da Barra – AMAPO)

Bahia

- Projeto Trilhas Griôs de Lençóis (Associação Grão de Luz)
- Base Local Ecoturismo - Promovendo o Turismo de Base Comunitária na Costa do Cacau-BA (Instituto de Turismo de Itacaré – ITI)
- Ações prioritárias para a organização e inserção comunitária na implantação e gestão de atividades econômicas no complexo estuarino do Cassurubá (Associação de Estudos Costeiros e Marinhos – ECOMAR)
- Apoio ao Turismo de Base Comunitária (Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis – ACVL)

Ceará

- AYTEY – Turismo de base comunitária do povo Tapeba (Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido – ADELCO)
- Promoção do Turismo Social e Cultural de Base Comunitária no Sertão do Cariri (Fundação Casa Grande - Memorial Homem do Kariri)
- Turismo Comunitário: Afirmando Identidades e construindo sustentabilidade (Instituto Terramar)
- Turismo rural comunitário do assentamento rural Tijuca Boa Vista (Centro Ecológico Aroeira)
- Rede de ecoturismo para a vida! (Instituto Ambiental Vira Mundo / Instituto Brasileiro de Tecnologias Sociais – IBTS)
- Turismo Comunitário e Solidário no Assaré de Patativa (Universidade Patativa do Assaré)

Maranhão

- Central de Turismo do Município de Santo Amaro/MA (Prefeitura Municipal de Santo Amaro)

Pernambuco

- Potencialização do Turismo de Base Comunitária no Porto de Galinhas (Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania – IATEC)

Rio Grande do Norte

- Outro Turismo acontece: Turismo solidário e cultura popular nordestina (Associação para Equidade de Gênero e Transformação Social Zuleika Angel Jones - Associação Zuzu Angel)

Sergipe

- Estruturação e Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária do Povoado Terra Caída (Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes - Sociedade Semear)